



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Reuniu-se na Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, nos dias 05, 06 e 07 de setembro do ano de mil e novecentos e noventa e seis, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministros José Paulo Sepúlveda Pertence e Carlos Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal, José de Jesus, do Superior Tribunal de Justiça, dos Desembargadores José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, Homero Sabino de Freitas, do Tribunal de Justiça de Goiás e de representantes dos Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, ausentes justificadamente os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso e Roraima, Rondônia. A sessão de abertura, às 21 horas do dia 05 de setembro, realizou-se no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, tendo usado da palavra o Desembargador Homero Sabino de Freitas, o Ministro Sepúlveda Pertence e o Desembargador José Fernandes Filho. No dia 06, pela manhã, travou-se proveitoso contato com parlamentares do Estado de Goiás, Senador Mauro Miranda e Deputados Federais Aldo Arantes, Marccone Perilo, Pedrinho Abrahão, Nair Lobo e Orcino Gonçalves, abordando-se os temas relativos às reformas constitucionais, principalmente a previdenciária, administrativa e do Poder Judiciário, com destaque para a súmula vinculante, o acesso à justiça, o controle externo, o distanciamento do magistrado com o povo, a modernização da legislação processual, a morosidade da justiça e outros assuntos pertinentes ao tema. O Desembargador José Fernandes Filho lembra aos parlamentares a posição assumida pelo Colégio quanto a constitucionalização dos requisitos da aposentadoria, a integralidade dos proventos e das pensões, bem como a paridade de vencimentos com proventos. O Ministro Sepúlveda Pertence abordou o neoliberalismo, a crise do judiciário no mundo, a crise do regime dos poderes e a súmula vinculante, como mecanismo processual de redução de recursos onde não há mais o que discutir em questões multitudinárias idênticas. À tarde, o Desembargador José Fernandes noticiou sobre o andamento dos projetos de reforma constitucional nos capítulos da previdência, da administração e do Poder Judiciário. Em seguida, ouviram-se os depoimentos dos Presidentes dos Tribunais Estaduais, iniciando-se com o anfitrião – Goiás – seguido do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Amazonas, Distrito Federal e Espírito Santo, todos noticiando as inovações realizadas no sentido de aperfeiçoar-se a prestação jurisdicional. Decidiram-se os locais e datas dos próximos encontros do Colégio, com ressalva para eventuais modificações, a saber: Cuiabá, nos dias 17 a 19 de outubro; Natal, nos dias 21 a 23 de novembro; Aracaju, nos dias 12 a 14 de dezembro; Macapá, nos dias 20 a 22 de fevereiro de 1997 e Florianópolis, em inícios de abril, em datas a serem confirmadas. No dia 07, pela manhã, continuando as exposições sobre a situação da justiça nos estados,



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

manifestaram-se os Presidentes dos Colegiados de Roraima, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Compareceu também o Deputado Pedro Wilson, por Goiás, que se colocou à disposição para debater os assuntos de interesse do Poder Judiciário. Esteve presente ao encontro o Exmo. Sr. Ministro Romildo Bueno de Souza, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. O Desembargador Adroaldo Fabrício, do Rio Grande do Sul, apresentou a redação da Carta de Goiânia, que foi aprovada e deverá ser publicada. Finalizando a reunião, o Desembargador José Fernandes Filho agradeceu a fidalga hospitalidade e atenção do Desembargador Homero Sabino de Freitas e de seus pares no egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, bem como de sua equipe de trabalho. Nada mais havendo, lavrei a presente ata, que, aprovada, será devidamente assinada. Eu, Robério Nunes dos Anjos, secretário ad hoc.

Seguem assinaturas.